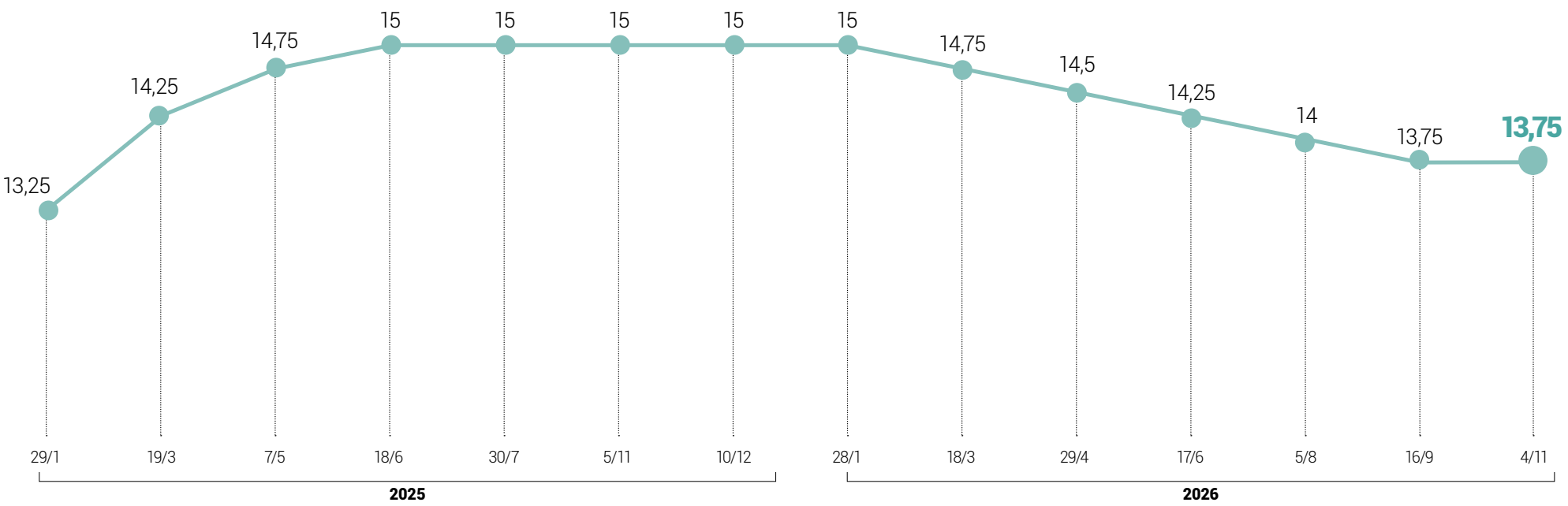
economia

Evolução da Taxa Selic
Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom (em %)
FONTE: BANCO CENTRAL



Copom mantém taxa Selic em 13,75% ao ano

BC vinha promovendo ciclo de afrouxamento monetário desde março deste ano, com cinco cortes consecutivos de 0,25 p.p.

/ CONJUNTURA

O Comitê de Política Monetária (Copom) manteve ontem a taxa básica de juros inalterada em 13,75% ao ano e interrompeu o ciclo de cortes da Selic frente à turbulência nos mercados, na primeira reunião após a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Ao justificar a decisão, o colegiado do Banco Central mencionou o aumento significativo das incertezas em relação a suas próprias projeções, a elevação das expectativas de inflação e a desaceleração da atividade econômica doméstica mais acentuada. Para o colegiado, esse é um cenário desafiador para a política de juros, o que requer "cautela" e "serenidade" em sua atuação.

A decisão do Copom foi unânime e veio em linha com a expectativa da maioria dos economistas. A aposta pelo fim do ciclo de queda da Selic ganhou força na última semana após a piora no cenário econômico doméstico.

Às vésperas do encontro, 24 analistas consultados pela agência Bloomberg apostavam na manutenção dos juros e 5 projetavam novo corte de 0,25 ponto percentual, o sexto seguido. "O Comitê seguirá acompanhando a evolução do cenário, para manter a restrição adequada de forma a assegurar a convergência da inflação à meta", disse.

Com a credibilidade do BC na berlinda, essa reunião do Copom era vista pelos agentes econômicos como a mais delicada sob a gestão de Gabriel Galípolo, que assumiu o comando da autoridade monetária em janeiro de 2025.

A queda acumulada no processo de flexibilização da Selic, iniciado em março, foi de 1,25 ponto percentual. Ao todo, foram cinco cortes consecutivos de igual intensidade, 0,25 ponto percentual, depois de a taxa básica ter ficado durante nove meses parada em 15% ao ano.

A pausa no ciclo de queda ocorre agora com os juros no menor nível desde março de 2025, quando estavam estacionados em 13,25% ao ano.

O controle da inflação se tornou mais desafiador para o BC desde o último encontro do Copom, em setembro, com a piora no ambiente doméstico. A incerteza sobre o rumo da política fiscal no governo Lula 4 é um dos principais riscos no radar dos economistas, que temem também a indicação de nomes heterodoxos para as vagas desocupadas no BC.

Pesa também a elevação dos prêmios de risco - rentabilidade adicional exigida pelos investidores para aplicar dinheiro no Brasil -, com estresse nos juros futuros, e a depreciação da taxa de câmbio, com a maior alta semanal do dólar em 18 anos.

Em setembro, a cotação da moeda americana usada pelo Copom em seus cálculos para projeção de inflação foi de R$ 5,15. Sem ajuda do cenário externo - também desfavorável, com alta dos preços de petróleo -, as expectativas de inflação para os próximos anos se distanciaram ainda mais da meta. Conforme os dados do boletim Focus, o primeiro coletado após o resultado eleitoral, as projeções dos economistas para o IPCA de 2027 e 2028 chegaram a 4,76% (acima do teto) e 4%, respectivamente. Devido aos efeitos defasados da política de juros sobre a economia, o BC toma suas decisões tendo na mira o segundo trimestre de 2028. O alvo central do BC é 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. No atual modelo de meta contínua, o objetivo é considerado descumprido pela autoridade monetária quando a inflação acumulada permanece durante seis meses seguidos fora desse intervalo, que vai de 1,5% (piso) a 4,5% (teto). No acumulado de 12 meses até setembro, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acelerou a 4,58%, rompendo o teto da meta de inflação perseguida pelo BC. A projeção mediana no Focus para este ano é de 5,22%.

O Copom volta a se reunir nos dias 8 e 9 de dezembro, no último encontro do ano.

Entidades reagem à pausa no ciclo de cortes da taxa Selic

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs), Claudio Bier, a decisão do Copom de manter a taxa Selic em 13,75% ao ano reflete a preocupação do Banco Central com a deterioração das expectativas de inflação e o aumento das incertezas econômicas, especialmente após a recente volatilidade cambial. Porém, ele avalia a decisão como prejudicial ao setor produtivo.

"A decisão traz insegurança, uma vez que os juros permanecem em patamar muito elevado, encarecendo o crédito, agravando o endividamento das empresas e das famílias e restringindo os investimentos e a atividade industrial", afirma.

Para Bier, os juros elevados são apenas a febre de um problema maior, relacionado ao desequilíbrio das contas públicas e à ausência de perspectivas concretas para sua correção. "A falta de sinalizações do governo federal sobre medidas de ajuste fiscal, somada à perspectiva de continuidade da atual política econômica, contribui para a persistência das incertezas e dificulta a redução dos juros. É fundamental que o governo apresente medidas consistentes para restabelecer a confiança dos agentes econômicos e criar condições para a retomada sustentável do ciclo de cortes da Selic", conclui.

O presidente da Fecomércio-RS, Luiz Carlos Bohn, destacou que a decisão já era aguardada e disse que, "embora a atividade econômica venha apresentando sinais mais consistentes de desaceleração e a inflação de outubro tenha surpreendido positivamente, a recente deterioração do câmbio acendeu um sinal de alerta". "A ausência de sinalizações concretas sobre medidas capazes de conter o avanço dos gastos públicos, somada à indefinição de um nome com credibilidade para comandar o Ministério da Fazenda contribui para ampliar a percepção de risco e a apreensão dos mercados. A interrupção do processo de flexibilização monetária evidencia como a ausência de confiança na condução da política fiscal pode limitar o espaço para a redução dos juros, mesmo diante de uma economia em desaceleração", pontuou.

Já o presidente da CDL-POA, Carlos Klein, avalia que a decisão, embora esperada, frustra a expectativa de alívio para empresas e consumidores. "Juros elevados pesam especialmente sobre o comércio, encarecendo o capital de giro, o financiamento dos estoques e as compras parceladas", disse.